**Questões** do artigo: “*Não há docência sem discência.”* In Pedagogia da Autonomia. Paz e Terra. cap1” – Freire, P. (1996).

A seção chamada “primeiras palavras” já é um show à parte. Especialmente inspirador o trecho que fala sobre ética na crítica.

Sobre esse ponto, seria a “cultura de cancelamento” que enxergamos atualmente uma forma antiética de agir? Uma restrição do saber em prol de uma preferência individual?

- Imagino que visão de interação entre educador(a)-educando em que ambos se desenvolvem sofre um “preconceito” no contexto histórico em que o “professor(a)” tem “obrigação” de saber tudo. Como podemos transformar o espaço da escola e da relação, de maneira a enxergar esse espaço como um lugar de crescimento conjunto – ainda que guiado e condicionado, mas nunca determinado.

- Quais serão os limites entre a crítica ética e o inconformismo raivoso, no espectro “submissão – violência”? Me parece muito difícil encontrar um equilíbrio nessa visão, pois demanda a compreensão mais ampla da humanidade e da “não-vingança”.

- Adorei o conceito de a criatividade inocente evoluir para a criticidade, sem ruptura, mas com superação. Será a autonomia o espaço necessário para essa evolução? Como podemos levar esse conceito para dentro das organizações, para, ao invés de matar a criatividade, incentivar a superação que pode resultar em inovação, melhoria e novas práticas?

- Como essa compreensão de docência-discência, e do papel do educando como não passivo ou alheio aos processos de construção, poderia transformar a liderança e os vínculos de desenvolvimento nas empresas e nas estruturas mais formais em geral?

**Questões** do artigo: “*Development as Transformation of Participation in Cultural Activities.”* In The cultural nature of human development. Oxford University Press. cap 2 – Rogoff, B. (2003).

Que capítulo especial! Já encomendei o livro para ler inteiro =^)

- Já de saída, o exemplo do urso polar é muito especial. “We always speak only of what we see” – me trouxe a reflexão sobre como a presunção de que as pessoas, já adultas, devem se submeter a culturas organizacionais que supõem valores compartilhados e compreendidos de maneira similar com pessoas que possuem históricos e sistemas de crenças distintos. O quanto mesmo uma estrutura bem-intencionada de grupo acaba por – potencialmente – violar a individualidade da história de uma pessoa?

- Como será possível adequar valores e cultura de uma pessoa, quando ela se insere em um novo contexto, novo grupo, nova comunidade?? Todo mundo deixa um pouco de si, para que a comunidade ganhe o máximo possível de todos?

- Por outro lado, quando a preferência individual cultural se converte em exigência dentro de um grupo, não estaremos perdendo? (fico pensando em um time multicultural em que cada pessoa tenha limites específicos e ninguém aceite ceder...)

- Os modelos apresentados são riquíssimos. O quanto podemos explorá-los e aplica-los na interação social para compreender a diferença de percepção e os sinais que são apresentados. Estarão os indivíduos dispostos (e será possível) a desaprender e adaptar parte da sua construção de si? (sem imposição externa, mas com compreensão do benefício e decisão de compromisso). Em caso afirmativo, talvez tenhamos uma cultura viva e evolutiva, ou uma ausência de cultura?